

A intransigência premiada

■ Postura contra acordo deu lucro de muito milhões

Maior credora não financeira da dívida externa brasileira, a família Dart acabou recompensada por sua persistência e inflexibilidade nas negociações com o Brasil. Quando o país conseguiu fechar o acordo para escalonamento do débito externo, obtendo reduções de juros dos banqueiros internacionais, em 1993, após dez anos de negociações, o clã, detentor de patrimônio superior a US\$ 6 bilhões, não aceitou. Contrariando 98% dos credores externos do Brasil, os Dart exigiam pa-

gamento integral dos juros que lhes eram devidos pela posse de títulos da dívida externa brasileira no valor de US\$ 1,38 bilhão.

Vale lembrar que estes títulos tinham sido comprados por menos de 40% de seu valor de face, que é de um dólar, devido à queda de cotações induzida pelo sucessivo não cumprimento de vários acordos com o Fundo Monetário Internacional.

Da discordância com o acordo até a ação judicial foi um passo. A família impetrou nada menos de dez ações, oito contra o Banco Central, outra contra o Banco do Brasil e uma contra o Citibank, como líder

do comitê de credores que negociara com o Brasil. Os Dart perderam oito das dez ações, assegurando apenas o direito ao recebimento de US\$ 60 milhões em juros atrasados, em maio passado.

A manutenção dos títulos em carteira acabou dando o lucro esperado pelos Dart: a extinção do deságio obrigatório de 25% para utilização dos papéis na compra de estatais privatizadas, simplesmente triplicará o valor do investimento inicial. E sem maiores problemas, pois além de se instalarem em paraísos fiscais, os Dart adotaram a nacionalidade irlandesa para encaparem do fisco americano.